



Substitutivo de Campos sobre recarga de munição é aprovado em Comissão



A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o substitutivo do democrata Guilherme Campos (SP) ao Projeto de Lei (PL) 6674/09, que amplia o número de instituições autorizadas a adquirir insumos e máquinas para recarga de munição. Atualmente, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03, regulamentada pelo Decreto 5.123/04) concede essa permissão apenas às instituições de ensino policial e às guardas municipais.

De acordo com a proposta, também poderão comprar esses materiais as instituições como Forças Armadas, órgãos de segurança pública (polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil,

militar e corpos de bombeiros militares), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, polícias legislativas, órgãos que empregam agentes e guardas prisionais e integrantes das escoltas de presos, além das guardas portuárias, empresas de segurança privada e de transporte de valores, entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades demandem o uso de armas de fogo e Receita Federal e Ministério do Trabalho e Emprego (para os integrantes das carreiras de auditoria).

Guilherme Campos afirma ser "absolutamente incompreensível" o critério adotado na legislação para não conceder às instituições mencionadas o direito de adquirir insumos e equipamentos para recarga de munição. O relator incluiu no texto a proibição do comércio do armamento recarregado, assim como sua utilização em operações. Esse tipo de munição, conforme Campos, deverá ser utilizado apenas em treinamentos, para "não comprometer a segurança das pessoas envolvidas, pois existe o risco de ocorrência de problemas técnicos, como falhas na execução do tiro", explicou.

A medida determina que caberá ao Comando do Exército regulamentar os limites quantitativos e qualitativos da recarga. As Forças Armadas, no entanto, não ficarão submetidas a essa regra.

Emenda de Bornhausen corrige injustiça no Programa Minha Casa Minha Vida

Uma emenda à MP 497/2010, apresentada pelo líder dos democratas Paulo Bornhausen (SC), vai corrigir uma injustiça que vem sendo cometida pelo governo Lula no programa Minha Casa Minha Vida. Mesmo após o reajuste do salário mínimo a partir de janeiro, o Ministério das Cidades, responsável pelo programa, vem usando como critério para a seleção dos beneficiários o valor da renda mensal calculado com base no valor de R\$ 465,00, e não R\$ 510,00, valor atual do salário mínimo.

De acordo com o líder catarinense, muitas famílias no seu estado estão sendo excluídas do

benefício do Programa Minha Casa Minha Vida por terem renda mensal bruta superior aos R\$ 1.395,00. "Não bastasse a negligência do governo com o nosso estado agora vemos o descaso também com os catarinenses que lutam para ter sua casa própria", protestou o líder Bornhausen.

A MP 497/2010 foi enviada pelo Executivo à Câmara no dia 28 de julho e deve entrar na pauta de votações no final do mês de agosto. Técnicos da Mesa Diretora da Casa, entretanto, acreditam que ela só deverá ser analisada pelo plenário após o período eleitoral.



Solange Amaral destaca a importância do projeto Maria da Penha

A democrata Solange Amaral (RJ) destacou, em discurso no Plenário, a importância da aprovação da Lei Maria da Penha pelo Congresso Nacional. A deputada ressaltou que a medida tem caráter “importante” por acabar com a impunidade de casos de violência contra mulheres que são reconhecidos no mundo inteiro como “transgressão aos direitos humanos e aos direitos civis”. Solange Amaral lembrou o caso do goleiro do Flamengo, Bruno, que está sendo acusado de participação no assassinato da mãe do seu suposto filho. “Quero deixar o nosso registro em defesa da mulher. As questões entre casais não têm de culminar com agressões e mortes, quase sempre voltadas para as mulheres. A realidade está mostrando a importância de nossa Casa ter votado a Lei Maria da Penha, que acaba com a impunidade, que agrava todas as penas no caso em que a mulher é vítima de violência doméstica, de violência familiar, de violência passional”, ressaltou.

Jairo Ataíde defende redução de IPI para motocicleta

O democrata Jairo Ataíde (MG) defendeu, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 160/2010, que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para motocicletas entre 51 e 125 cilindradas que venham a ser adquiridas por motoboys e mototaxistas. Segundo o deputado, a medida provocará uma redução no valor do veículo em torno de 30%, facilitando a compra por esses trabalhadores. “Os mototaxistas e motoboys tiveram a profissão regulamentada pela Lei 12.0009/09 e para receberem os benefícios deverão se cadastrar nos municípios e proporem financiamentos nas agências bancárias para motocicletas equipadas com itens de segurança exigidos pela legislação”, explicou.



O democrata Alberto Fraga (DF) fez, do Plenário, um balanço de sua participação no governo do Distrito Federal como secretário de Transportes. Ele citou o sistema viário, que, conforme explicou, estava deteriorado e obsoleto, em razão do aumento da frota. “Não há rua que resista. As vias não crescem na mesma proporção da quantidade de carros que são despejados na cidade”, afirmou.

Expediente:

Líder: Paulo Bornhausen (SC)

Assessoria de Comunicação: Cristina Bravo, Fábio Lino, Gustavo Oliveira, Juliana Curi e Roberto Tenório

Telefones: (61)3215-9272/ 9261

E-mail: imprensa.dem@camara.gov.br

End.: Câmara dos Deputados, Ed. Principal, 1º piso, Sala 16, CEP: 70160-900

Confira essas e outras notícias em www.deputados.democratas.org.br



NOTAS
Dem

Do twitter:

@mendoncprado: Quero lembrar mais uma vez aos amigos que o e-mail que informa que votei contra o 13o salário é falso.

@abelardolupion: O que também choca no caso da iraniana condenada à morte é o desdém com que o Brasil trata o caso.

@CarlosMelles: Apóio a PEC que cria quatro novos Tribunais Regionais Federais, um em Minas, que responde por 57% das ações no TRF1 em Brasília.

@jorgekhoury: Policiais militares e bombeiros, q nos mantém em segurança, aguardem o 2º esforço concentrado do Congresso p a votação das PECs 300 e 308!

@aleluia: Atraso em obras pelo governo do PT encarece conta de luz em R\$1 bilhão.

@bornhausen: Dados mostram q choro d Gov Fed por mais verba pra saúde com o fim da CPMF ã é real. O que eles querem é novo imposto.

@DepRodrigomaia: A farra dos cartões corporativos continua - Que tanto segredo é este?

@deputadocaiado: O país não suporta mais aloprados usando a estrutura do poder para benefício próprio.

@solangeamaral: Ficha Limpa vai sanear candidaturas! Parabéns Justiça Eleitoral, vamos fazer valer a LEI que votamos.

Faltam apenas
142 dias...